



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**JACQUELINE DA COSTA REIS**

**O SERVIÇO SOCIAL NO COLÉGIO ARQUIDIOCESANO  
DE OURO PRETO-MG**

**MARIANA  
JULHO/2018**

**JACQUELINE DA COSTA REIS**

**O SERVIÇO SOCIAL NO COLÉGIO ARQUIDIOCESANO  
DE OURO PRETO-MG**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro preto, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Me. Raquel M. Mascarenhas.

**MARIANA  
JULHO/2018**

R375s

Reis, Jacqueline .

O serviço social no colégio Arquidiocesano de Ouro Preto- MG  
[manuscrito]: processos de trabalho do Serviço Social no Colégio  
Arquidiocesano de Ouro Preto- MG / Jacqueline Reis. - 2018.

52ff.:

Orientadora: Profª. MScª. Raquel Mascarenhas.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de  
Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e  
Serviço Social.

1. Política social - Ouro Preto (MG) - Teses. 2. Educação - Aspectos sociais -  
Teses. 3. Serviço social - Teses. I. Mascarenhas, Raquel. II. Universidade  
Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 364.4(815.1)

Catálogo: [ficha@sisbin.ufop.br](mailto:ficha@sisbin.ufop.br)

**"O SERVIÇO SOCIAL NO COLÉGIO ARQUIDIOCESANO  
DE OURO PRETO-MG"**

**JACQUELINE DA COSTA REIS**

**ORIENTADOR (A): Prof.<sup>a</sup> Me. Raquel Mota Mascarenhas**

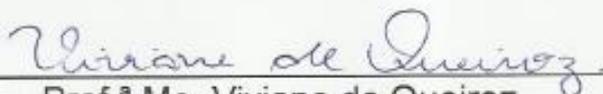
Trabalho de Conclusão de Curso submetida ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 12/07/2018



---

Prof.<sup>a</sup> Me. Isis Silva Rosa  
(Membro da banca)



---

Prof.<sup>a</sup> Me. Viviane de Queiroz  
(Membro da banca)



---

Prof.<sup>a</sup> Me. Raquel Mota Mascarenhas  
(Orientadora)

*Dedico esta pesquisa a minha orientadora, Mestre Raquel Mascarenhas, por todos os momentos fortuitos que enfrentei, sendo sempre presente, cordial, prestativa e empenhada, buscando soluções que sustentassem a presente linha de raciocínio. Agradeço-a pelo desenvolvimento, conclusão, e em breve pelo êxito alcançado nesta obra.*

## **AGRADECIMENTO**

É o momento de agradecer aos anjos que conduziram essa minha trajetória. Por trás de um triunfo individual existe uma grande equipe. Há essa equipe minha eterna gratidão.

Quero agradecer a todos que direta ou indiretamente me apoiaram e confiaram em meu potencial, mas em especial aos meus pais pela dedicação e incentivo.

Ao meu filho, que chegou para dar força e me fazer nunca desisti, todo meu esforço é por você Davi. Ao meu noivo e fiel companheiro Rudolfo, por motivar ainda mais meus sonhos. Ao meu irmão e minha cunhada Kamila, pelo companheirismo e ajuda com meu filho. As amigas Tereza e Larissa que tenho certeza que poderei contar sempre.

Ao meu avô que não pode esperar a realização desse sonho, mas que sempre me motivou com seus elogios.

A minha orientadora Mestre Raquel Mascarenhas, muito obrigada por toda compreensão diante de tantos conflitos que vivenciei no decorrer deste trabalho, você foi essencial para essa realização, você me mostrou a direção quando eu estava perdida.

A vocês que sempre estiveram comigo nos momentos mais difíceis desta caminhada, que abriram mão de momentos de convívio, que sofreram a minha ausência quando o dever e o estudo me chamava, que compreenderam a minha falta de tempo; a vocês, pelos dias, meses e anos de espera, encontros e desencontros vividos nessa jornada.

A vocês, AMORES DE MINHA VIDA, o meu sorriso, o meu carinho e o meu obrigado que, na validade de minha luta, nos méritos de minhas conquistas, há muito da presença de vocês.

*Educação é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. (Dermeval Saviani)*

## **RESUMO**

Este trabalho tem como enfoque principal entender como é o trabalho do Assistente Social no Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto, buscando conhecer sua atuação em uma instituição privada no campo da educação. A metodologia aplicada é qualitativa exploratória, realizada através de dados coletados via entrevista à Assistente Social que compõe o quadro funcional do colégio. Além disso, foi realizado uma pesquisa bibliográfica, buscando o entendimento sobre a política social de educação após a constituição brasileira de 1988 e sobre a atuação do Serviço Social na educação. A construção teórica, organizada partindo dos objetivos do estudo proposto, explica o contexto histórico de emergência e generalização das políticas sociais, a inserção do serviço social na política educacional. Posteriormente, apresenta-se a análise acerca do cotidiano do profissional em sua atuação dentro do Colégio Arquidiocesano.

Palavra Chave: política social; educação; Serviço Social.

## **ABSTRACT**

This work has as main focus to understand how is the work of the Social Worker in the Archdiocesan College of Ouro Preto, seeking to know his work in a private institution in the field of education. The applied methodology is qualitative exploratory, performed through data collected through an interview with the Social Worker that composes the school's functional framework. In addition, a bibliographical research was carried out, seeking the understanding on the social policy of education after the Brazilian constitution of 1988 and on the performance of Social Service in education. The theoretical construction, organized from the objectives of the proposed study, explains the historical context of emergency and generalization of social policies, the insertion of social service into educational policy. Subsequently, the analysis on the daily life of the professional in his / her performance within the Archdiocesan College is presented.

Keyword: social policy; education; Social service.

## LISTAS

**CFESS:** Conselho Federal de Serviço Social

**CEPAL:** Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e Caribe

**ECA:** Estatuto da Criança e do Adolescente

**FHC:** Fernando Henrique Cardoso

**FMI:** Fundo Monetário Internacional

**FUNDEB:** Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

**FUNDEF:** Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Lei 9424/96)

**LDB:** Lei de Diretrizes e Bases da Educação

**MEC:** Ministério de Educação e Cultura

**ONU:** Organização das Nações Unidas

**PIB:** Produto Interno Bruto

**PNE:** Plano Nacional de Educação

**PNUD:** Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

**UNESCO:** Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas (United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization)

**UNICEF:** Fundo as Nações Unidas para a Infância (United Nations Children's Fund)

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	10
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	12
<b>2 A POLÍTICA SOCIAL DE EDUCAÇÃO NO BRASIL</b> .....	14
2.1 EMERGÊNCIA E GENERALIZAÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL ....	14
2.2 A CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA .....	17
2.3 EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA CONTEMPORANEIDADE .....	20
<b>3 SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO</b> .....	27
3.1 A REDE DE COLÉGIOS ARQUIDIOCESANOS .....	27
<b>3.1.1 O Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto-MG</b> .....	29
3.2 O SERVIÇO SOCIAL NO COLÉGIO ARQUIDIOCESANO DE OURO PRETO-MG .....	34
<b>3.2.1 Entrevista com a Assistente Social</b> .....	37
3.2.1.1 Análise da entrevista .....	42
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	46
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	49

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa pretende analisar e esclarecer “Como se organiza o trabalho do assistente social no colégio Arquidiocesano de Ouro Preto?”. Esse estudo foi proposto devido ao grande interesse sobre o papel do assistente social na educação e as demais políticas públicas que permeiam a infância e adolescência nessa cidade.

Durante o trabalho, como professora da rede pública desse município, percebi a necessidade de vários profissionais dentro de uma escola, sendo um desses o assistente social. Assim, observando as inúmeras demandas existentes em uma instituição de ensino, levantei o seguinte questionamento: Por que a maioria das escolas do município de Ouro Preto não conta com um profissional de Serviço Social?

Ou seja, diante a convivência diária, percebo que crianças e adolescentes são sujeitos em processo de formação que estão imersos em uma realidade social complexa, muitas vezes permeada por violência doméstica, fome, abuso sexual, etc., o que reafirma a necessidade de atuação do Serviço Social nesse espaço. Isso porque, segundo Gonçalves (2009, p.10):

[...] O Serviço Social é uma profissão que tem a questão social como base de sua fundação e está inserida na divisão social e técnica do trabalho coletivo e suas manifestações. É capaz de decifrar uma determinada realidade, partindo daí para a construção de novas propostas de intervenção, visando a efetivação dos direitos e proposição de ações no âmbito de reprodução social em sua totalidade.

O trabalho do assistente social na educação, portanto, visa identificar e atender as demandas provenientes da “questão social”, que estão presentes no cotidiano escolar.

Cabe salientar que a atuação do Serviço Social não se faz necessário apenas nas instituições públicas, mas também nas instituições privadas que executam a política social de educação. Assim, acreditamos que a atuação em escola privada é algo que desperta o interesse dos assistentes sociais, pois, seja em escola pública ou privada, as expressões da “questão social” ali se manifestam,

fazendo-se necessário a presença de um profissional do Serviço Social apto para atuar.

Diante o exposto, afirmamos que a escola privada é um espaço de trabalho com grandes desafios, dentre esses a quebra do conservadorismo e o reconhecimento da demanda profissional. Com isso haverá uma maior possibilidade da escola ser constituída como ambiente transformador capaz de contribuir para formar cidadãos conscientes e ativos na luta pela efetivação de seus direitos.

Logo, essa pesquisa é de grande relevância científica, uma vez que o campo de trabalho escolhido para análise, que é uma escola privada, necessita de adensamento de produções tanto no âmbito do “conhecer” quanto do “analisar”. Ademais esse estudo também dispõe de relevância social, uma vez que se pretende conhecer a realidade do município de Ouro Preto-MG, relacionando a teoria com a prática e ainda levantar questionamentos sobre a importância desse profissional na política social de educação.

Diante o exposto, tem-se:

- PROBLEMA DE PESQUISA: Como é o trabalho do assistente social no Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto-MG?
- OBJETO DE PESQUISA: O trabalho do assistente social no Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto-MG.
- OBJETIVOS
  - Objetivo Geral:**
    - Analisar o trabalho do assistente social no Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto-MG.
  - Objetivos Específicos**
    - Apontar alguns elementos da atuação profissional do Serviço Social na política social de educação no Brasil.
    - Conhecer o trabalho do assistente social no Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto-MG.

## 1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa é qualitativa exploratória, pois pretende buscar uma maior aproximação sobre o trabalho do assistente social no âmbito da política social de educação.

O campo da pesquisa é o Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto-MG, que conta em seu quadro de funcionários com um Assistente Social. Assim, para compreender a inserção e atuação do Serviço Social nessa instituição, será efetuada uma entrevista, com o objetivo de colher dados expressos nas falas do entrevistado. Para Gil (2010, p. 106)

[...] é necessário considerar que na entrevista o pesquisador está presente e, da mesma forma como pode auxiliar o entrevistado, pode igualmente inibi-lo a ponto de prejudicar seus objetivos. Daí por que a adequada realização de uma nova entrevista envolve, além da estratégia, uma tática, que depende fundamentalmente das habilidades do entrevistador.

O instrumento utilizado para colher esses dados será um roteiro de perguntas abertas e como recurso um gravador de áudio para melhor aproveitamento dos fatos expostos pelo profissional entrevistado. Pois segundo Gil (2010, p. 105)

[...] Nos levantamentos que se valem da entrevista como técnica de coleta de dados, esta assume forma mais ou menos estruturada. Mesmo que as respostas possíveis não sejam fixadas anteriormente, o entrevistador guia-se por algum tipo de roteiro, que pode ser memorizado ou registrado em folhas próprias.

Antes de iniciar a entrevista, será apresentado, ao assistente social, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme Resolução n. 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que deverá ser assinada pelo entrevistado.

Ademais, será realizado um levantamento bibliográfico, leitura e fichamento acerca da política social de educação após a constituição brasileira de 1988 e sobre a atuação do Serviço Social na educação. Acerca da pesquisa documental e bibliográfica, Gil (2010) salienta que, apesar de diferentes, há muitas semelhanças entre a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, posto que as duas utilizam-se de dados já existentes. Para ele,

[...] A pesquisa bibliográfica fundamenta-se em material elaborado por autores com o propósito específico de ser lido por públicos específicos. Já a pesquisa documental vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação etc. (GIL, 2010, p. 30).

Sendo assim, destacamos que essa pesquisa não conta com orçamento e o cronograma teve início em novembro de 2015 e findou-se em julho de 2018 com a defesa pública.

## 2 A POLÍTICA SOCIAL DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

O presente capítulo tem como enfoque principal entender o contexto histórico de emergência e generalização das políticas sociais. Além disso, visa contextualizar o desenvolvimento da política social na contemporaneidade, tangenciado pelo retrocesso cunhado pelo neoliberalismo, tendo como enfoque o processo de construção da educação no Brasil, a partir da constituição federal de 1988.

### 2.1 EMERGÊNCIA E GENERALIZAÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL

O estudo sobre as políticas sociais vem a cada dia ganhando mais espaço na sociedade. Elas são caracterizadas como estratégias no enfrentamento da “questão social”, entendida em conformidade com Iamamoto e Carvalho (1983, p. 77):

[...] A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia.

Nesse sentido, a “questão social” está diretamente ligada ao conflito entre o trabalho e o capital. Isso porque, há uma insatisfação do povo com a economia e a política, como expõe Ianni (2004, p. 106):

[...] O desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo, na cidade e no campo, provoca os mais diversos movimentos de trabalhadores, compreendendo indivíduos, famílias, grupos e amplos contingentes. As migrações internas atravessam os campos e as cidades, as regiões e as nações. Movimentam trabalhadores em busca de terra, trabalho, condições de vida, garantias, direitos.

Assim, enquanto processo social, as políticas sociais emergem em meio à ascensão, no capitalismo, das lutas de classes e do desenvolvimento da intervenção estatal. Logo as políticas sociais, estão diretamente relacionadas com a evolução do capitalismo, como afirma Behring (2009, p. 4)

[...] as políticas sociais como processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo, nos seus grandes ciclos de expansão e

estagnação, ou seja, problematiza-se o surgimento e o desenvolvimento das políticas sociais no contexto da acumulação capitalista e da luta de classes, com a perspectiva de demonstrar seus limites e possibilidades.

Entretanto, delimitar o período específico das primeiras políticas sociais é algo impossível. Apesar disso, é consensual que, no final do século XIX e início do século XX, a classe trabalhadora se mobilizou e buscou mudanças no Estado Liberal, conquistando, por exemplo, os direitos políticos, como, o direito ao voto. Acerca disso, Behring e Boschetti (2006, p. 64) salientam que:

[...] a generalização dos direitos políticos é resultado da luta da classe trabalhadora e, se não conseguiu instituir uma nova ordem social, contribuiu significativamente para ampliar os direitos sociais, para tencionar, questionar e mudar o papel do Estado no âmbito do capitalismo a partir do final do século XIX e início do século XX.

Assim, as políticas sociais, tem uma relação com os movimentos de massa socialmente democratas e ainda à formação dos estados nação na Europa Ocidental no final do século XIX, entretanto sua generalização se deu na transição do capitalismo concorrencial para o monopolista, segundo Behring e Boschetti (2011, p. 47):

[...] sua generalização situa-se na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, em especial na sua fase tardia, após a Segunda Guerra Mundial (pós- 1945).

O capitalismo em sua fase concorrencial é caracterizado pela livre concorrência de pequenos capitais nos mercados nacionais, com pouca intervenção do Estado, que atuava apenas como arbitro e defensor da propriedade privada (NETTO, 2011).

Na fase monopólica, ele apresenta características distintas: visa o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle de mercados; os preços dos produtos tendem a crescer progressivamente; cresce a tendência de economia de trabalho vivo pela inserção da tecnologia; amplia-se o exército industrial de reserva; promove a internacionalização do capital (capitais excedentes são investidos encontrando dificuldades de valorização) e o parasitismo (natureza parasitária da burguesia); concentração e centralização do capital na mão de poucos; intensifica a exploração do trabalho (NETTO, 2011).

Nesse sentido, segundo Netto (2011, p. 19), “[...] o capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere a ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica”.

Cabe salientar que, até início dos anos de 1930, ainda na fase monopolista clássica, predomina-se o liberalismo como norteamento para a organização do Estado. Nesse sentido, são pontuais as políticas sociais,

[...] Os liberais veem a miséria como natural e insolúvel, pois decorre da imperfeabilidade humana, ou seja, a miséria é compreendida como resultado da moral humana e não como resultado do acesso desigual à riqueza socialmente produtiva (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p.62).

Porém, em meio à segunda metade do século XIX e início do século XX, há um enfraquecimento das bases liberais, aprofundada pela crise econômica de 1929, em que o desemprego teve aumento excessivo, os juros subiram muito e com isso a economia parou, como Behring (2009, p. 7) sublinha:

[...] Uma crise que se iniciou no sistema financeiro americano, a partir do dia 24 de outubro de 1929, quando a história registra o primeiro dia de pânico na bolsa de Nova Iorque e se alastrou pelo mundo, reduzindo o comércio mundial a um terço do que era antes.

Nesse sentido, havia a necessidade de reorganizar o capitalismo, o que se deu a partir da teoria de Keynes que se constituía na defesa da intervenção estatal, com alto gasto público, visando o pleno emprego. Acerca disso, Behring (2009, p. 9) salienta que:

[...] num contexto de ampla utilização das estratégias fordistas-keynesianas, foi paradigmática das transformações societárias daqueles anos, em que o tema da política social ganha um novo estatuto teórico, nas realidades concretas dos países, aqui se destacando o padrão de bem-estar social europeu.

Essa fase do capitalismo, conhecida como “anos dourados” se deu no fim da Segunda Guerra até a entrada dos anos 1970. Esta fase é vista como o milagre econômico, em que acontece um grande crescimento nos países capitalistas (BEHRING, 2009).

Nesse período, acontece a produção e consumo em massa, gerando altas taxas de lucro, o que possibilitou ao Estado atender as pressões dos

trabalhadores, culminando no modelo de Welfare State, entre 1945 a 1975, que proporcionou melhores condições sociais de vida a população (BEHRING, 2009).

Diante o exposto, a constituição da política social se generaliza, pois há grande emprego do orçamento público para seu desenvolvimento. Entretanto, para Behring (2009, p. 9):

[...] os 'Anos de Ouro' do capitalismo 'regulado' e da social democracia começam a se exaurir no final dos de 1960. As taxas de crescimento, a capacidade do Estado de exercer suas funções mediadoras civilizadoras cada vez mais amplas e a absorção das novas gerações no mercado de trabalho, restrito já naquele momento pelas tecnologias poupadoras de mão de obra, não são as mesmas, contraindo expectativas de pleno emprego, base fundamental daquela experiência.

Nesse sentido a política social emerge em novas características no tempo contemporâneo, tendo em vista o retrocesso de investimento diante a regulamentação neoliberal do Estado (BEHRING, 2009).

Essas mudanças iram nortear o desenvolvimento da política social em todo o mundo, inclusive no Brasil, como por exemplo, a política social de educação, como abordaremos a seguir.

## 2.2 A CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A educação enquanto ensino formal tem sua protoforma no processo de colonização do Brasil, tende em vista a necessidade portuguesa de educar para explorar. Uma vez que, em meados do século XVI, devido às batalhas, soldados e colonos dizimavam as tribos inimigas, e assim adquiriam mãos de obra escrava para suas obras e plantações (RIZZINI; PILOTTI, 2011).

Foram os padres, portanto, que se ocuparam das crianças índias, que ficaram abandonadas após seus pais terem morrido ou escravizados. Assim esses padres atingiam dois objetivos estratégicos que, segundo Rizzini e Pilotti (2011, p.19),

[...] convertiam as crianças ameríndias em futuros súbitos dóceis do Estado português e, através deles, exerciam influência decisiva na conversão dos adultos as estruturas sociais e culturais recém- importadas.

Assim a sociedade iria sendo moldada de acordo com seus tutores. Em 1755, os padres perdem seu poder político, pois, devido à iniciativa do Marquês de Pombal, os jesuítas foram expulsos e os índios não puderam mais ser escravizados. Apesar disso, permanece a exploração colonizadora que delibera sobre todas as diretrizes legais, isto é, segundo Vieira (2009, p.32):

[...] Até a proclamação da independência, todas as orientações relativas a educação do Brasil eram oriundas de Portugal. Foi somente a partir de então, que o país passou a conviver com uma legislação concebida pelos dirigentes do nascente império. No intervalo compreendido entre esta primeira tentativa de ruptura com as deliberações lusitanas e o advento da República, em novembro de 1889, muitas medidas legais foram propostas.

Embora o Brasil tenha sido elevado a categoria de nação livre em 1822, com direito a construir e promulgar a sua primeira constituição em 1824, a educação brasileira não apresenta grandes mudanças nesse período<sup>1</sup> (VIERIA, 2009).

Apenas a partir da década de 1940, é que emerge uma nova ideia referida na carta Magna de 1946, fazendo surgir a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (VIERIA, 2009).

Entretanto, um longo caminho foi percorrido até sua efetivação em 1961, devidos as mudanças políticas no país. Durante a ditadura militar, nasce uma nova Constituição, em 1967. Nessa insere-se a proposta de reforma do ensino universitário, em 1968, e, mais adiante, especificamente em 1971, acontece também a reforma nos 1º e 2º grau, com a intenção de reestruturar o ensino primário, ginásio e secundário (VIEIRA, 2009).

Assim, é somente a partir do processo de redemocratização do país e promulgação da nova Constituição em 1988, que se tem a consolidação da educação como direito de todos. Isso porque, pela primeira vez, fala-se dos direitos sociais dando ênfase a educação detalhadamente, como observa-se em seu Título VIII, Capítulo III, Seção I DA EDUCAÇÃO.

---

<sup>1</sup> As principais legislações desse período foram a Constituição de 1824, a Reforma Januária da Cunha Barbosa (1827), a Reforma Couto Ferraz (1854) e a Reforma Leôncio de Carvalho (1878-79). O ato de 1834 também foi importante, mesmo não sendo uma lei específica da educação (VIEIRA, 2009).

A educação passa então, a ser direito de todos e dever da família e do Estado, em suas diferentes esferas, estando esse incumbido de garantir gratuidade para todos que dela necessitem. Isto é, como afirma Vieira (2009, p.36-37);

[...] Na esfera do Poder Público, este dever é uma atribuição repartida entre as diferentes instâncias governamentais (a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios). A responsabilidade para com a educação no âmbito da família, também se concretiza através de deveres, cabendo aos pais ou responsáveis matricular seus filhos menores.

Diante a essas mudanças constitucionais, tem-se novas expectativas para a educação, tendo visto que “[...] A essas orientações vieram somar-se metas e prioridades estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado pela Lei Nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001” (VIEIRA, 2009, p.34).

Além disso, o capítulo da carta Magna, que fala da educação, sofreu algumas mudanças em 1996. Como comenta Vieira (2009, p.35):

Em dezembro de 2006, através da Emenda Constitucional Nº 53, em substituição ao FUNDEF, foi aprovado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)<sup>2</sup>, cuja lei de regulamentação foi sancionada em 20 de junho de 2007 (Lei Nº 11.494/2007).

Tais mudanças ocasionaram um cenário positivo para a construção da LDB, que será editada em uma segunda versão, em 1996. Isto é, “[...] Somente em 1996, contudo, a educação iria passar a conviver com novos dispositivos legais, com a aprovação da segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional [...]” (VIEIRA, 2009, p.34). Portanto,

[...] De acordo com a constituição e a LDB, a gestão da educação nacional se expressa através da organização dos sistemas de ensino Federal, estaduais e municipais, das incumbências da União, dos Estados e dos Municípios das diferentes formas das diferentes formas de articulação entre as instâncias normativas, deliberativas e executivas do setor educacional, e, da oferta de educação escolar pelo setor público e privado (VIEIRA, 2009, p. 42).

Nesse sentido, a gestão escolar contempla todo o estabelecimento de ensino, público e privado, sendo necessário que a instituição cumpra com várias

---

<sup>2</sup> Esse fundo atenderá educação infantil, creche, educação de jovens e adultos, ensino fundamental e médio, e também educação especial, sua vigência vai ate 2021 (VIEIRA, 2009).

incumbências, como por exemplo, ter uma proposta pedagógica<sup>3</sup> e expor essa para toda comunidade escolar.

Diante a previsão do ensino privado, esse continuou crescendo com a influência neoliberal durante os governos de Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. Assim, na década de 1990, embora houvesse um discurso sobre a importância da educação, essa se dava concomitantemente ao descaso do Estado e ao apadrinhamento de várias empresas as escolas, fortalecendo a filantropia para o campo educacional.

Isto é, com o Estado mínimo o que antes era dever do Estado passou então a ser objeto de consumo, como afirma Gonçalves (2009, p. 26-27):

[...] na realidade, é um menor investimento do Estado na área social, englobando assim a área educacional, aumentando a pobreza de renda, a perda de capacidade e, conseqüentemente, a exclusão social. Portanto, percebe-se que as repercussões da ofensiva neoliberal acarretaram uma nova definição entre o Estado e a sociedade identificado principalmente, pelo afastamento do Estado na área social.

Nesse sentido, portanto, a política social de educação emerge na contemporaneidade brasileira permeada pelas contradições que envolve o próprio desenvolvimento do capitalismo e da retração dos direitos sociais, como veremos a seguir.

## 2.3 EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA CONTEMPORANEIDADE

No modo de produção capitalista a produção de mercadorias tem como objetivo central a mais valia e não a satisfação das necessidades humanas fundamentais, sejam estas objetivas ou subjetivas.

Desse modo, em suas relações, o capitalista, dono dos meios de produção, obriga o trabalhador a vender sua força de trabalho para gerar seu lucro –

---

<sup>3</sup> A proposta pedagógica é o que direciona a escola, é o caminho a ser percorrido. A quem está na gestão da escola, cabe a ele cumprir e fiscalizar para as obrigações de cada funcionário, seja para cumprir horários, calendário letivo e ainda zelar pelo patrimônio material e imaterial. Se os gestores conseguirem cumprir com tudo isso pode se dizer que a proposta pedagógica foi alcançada. É necessário, também, criar meios para acontecer interação com as famílias e comunidade (VIEIRA, 2009).

expressão aparente da mais valia, que se trata da retirada do tempo de trabalho não pago ao trabalhador.

Apesar disso, a tendência desse modo de produção é legitimar-se frente à sociedade, como sendo única e possível alternativa à humanidade. Assim, os mesmos fatores que geram a riqueza da classe dominante, rigorosamente, são os mesmos que vão causar a degradação e pauperização da classe trabalhadora. Ou seja, a reprodução ampliada do capital é a reprodução ampliada do antagonismo de classe, acumulação da miséria proporcional à acumulação de capital (NETTO; BRAZ, 2006).

Em meio a sociedade capitalista na qual vivemos, portanto, a educação, assim como outras políticas setoriais, é distribuída entre os indivíduos de maneira desigual. Assim, apesar da educação representar um papel importantíssimo na vida social, seja no âmbito cultural, social ou econômico, e mesmo após a promulgação da constituição de 1988, onde a educação passa a ser direito de todos, essa não se torna concreta em toda a sociedade.

Segundo Gonçalves (2009), a política educacional é uma resposta à questão social, devido à luta de classes, para a melhoria no acesso a educação. Desse modo, embora a qualidade do ensino não seja tão positivo, ainda assim, essas conquistas se tornaram uma vitória para a sociedade. Isto é,

[...] Frente a todas as mudanças, a educação foi implementada não somente pelas ações governamentais, mas também pela sociedade civil, por meio dos sujeitos sociais que fizeram da política educacional uma expressão da questão social, na medida em que apresenta o resultado de lutas sociais (GONÇALVES, 2009, p.16).

Após uma fase de expansão chamada de anos dourados, alguns países entram em crise com uma queda nas taxas de lucro e exploração, como explica (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2002).

Surge então, a necessidade de um novo modo de acumulação, baseado no capital financeiro, o que resulta numa séria competição entre grandes grupos econômicos. Entende-se, de acordo com Frigotto & Ciavatta (2002, p.95), que

[...] O documento produzido pelos representantes dos países do capitalismo central, conhecido como Consenso de Washington, balizou a doutrina do neoliberalismo ou conservadorismo que viria a orientar as reformas sociais nos anos de 1990. É neste cenário que emerge a noção de globalização carregada, ideologicamente, por um sentido positivo.

Com o objetivo de superar a crise econômica para então voltar a crescer, sentiram a necessidade de efetivar um conjunto de reformas. Assim, o Estado concentraria sua atuação nas relações exteriores e na regulação financeira, com base em negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o banco mundial (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2002).

Esse conjunto de reformas em alguns países foi consolidado somente em 1990. Portanto, durante o governo de Collor (1990-1992), o mercado passou a regular as relações humanas, todos os direitos básicos adquiridos pelos cidadãos, com muito sacrifício, foram privatizados, e assim até a educação foi manipulada através do clientelismo (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2002).

Além disso, o ano de 1990 ficou marcado por grandes eventos internacionais e, o primeiro deles foi a “Conferência Mundial sobre Educação para todos, iniciava aí um projeto de nível Mundial, financiado pela UNESCO, UNICEF, PNUD E Banco Mundial. Nessa conferência 155 governos assumiram o compromisso de proporcionar a população uma educação básica de qualidade. Apresentou-se uma visão para o decênio, deixando nítido o principal objetivo que era, proporcionar a todos e qualquer cidadão, condições para usufruir das oportunidades educacionais apresentadas, em que todas as pessoas deveriam ter suas necessidades de aprendizagem atendidas (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2002).

A conferência inspirou a realização do Decenal para a Educação para todos em 1993. Acerca disso, Frigotto & Ciavatta (2002, p.98), chama a atenção para que “[...] Ao lado do breve sucesso de Collor, naufragara o primeiro projeto popular da esquerda depois da ditadura, a derrota do candidato do Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio ‘Lula’ da Silva”.

Essa nova correlação de forças altera o rumo da LDB. Frigotto & Ciavatta (2002, p. 99), fala sobre os documentos que a CEPAL lançou, o primeiro, *Transformación productiva com equidad*, que mostra mudanças na educação

conhecimentos e habilidades específicas e, em 1992, *Educación productiva com equidad*, relacionando conhecimento e desenvolvimento. Além disso, a comissão Internacional sobre educação produziu relatórios com diagnósticos “contexto planetário de interdependência e globalização” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2002).

O que resulta em desemprego e exclusão social mesmo em países ricos. Então, a educação passa a ser a ferramenta para levar as pessoas a responder esses desafios. Essas iniciativas demonstram que a educação era vista como a luz no fim do túnel, pois viam na educação básica a possibilidade de reduzir a pobreza.

O objetivo, portanto, era eliminar o analfabetismo e alcançar melhorias no atendimento escolar, para assim, haver de fato a cidadania. Mas a educação também enfrentava problemas, dentre eles a herança histórica e cultural (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2002).

Nesse contexto, por outro lado, crescia o interesse de estudiosos pelo desenvolvimento da criança, a evolução da linguagem e a interferência dos primeiros anos em atuações futuras. Para alguns autores a educação é uma forma de não só desenvolver as capacidades cognitivas, emocionais e morais das crianças sob a ótica capitalista de ver o mundo, seria também uma forma de criar consciência de classe, de formação política e de capacidade crítica da realidade na qual estão inseridas (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2002).

Nesse sentido, em 1990, a criança passa a ter seus direitos garantidos legalmente. Isso se consolida com a aprovação da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Ressaltando que as crianças também são dotadas de direitos como qualquer cidadão, eles devem também ter garantias dos mesmos. Isto é, de acordo com Frigotto & Ciavatta (2002, p.102-103):

[...] A base conceptual da educação básica em um novo projeto é primeiro, o reconhecimento dos problemas maiores do mundo globalizado, sob os quais temos que tomar decisões locais. Em segundo lugar, assumir o direito inalienável do povo a uma escola pública de qualidade, que garanta a todos os cidadãos a satisfação da necessidade de um contínuo aprendizado. Nesse sentido, a educação é tanto um direito social básico universal quanto vital para romper com a histórica dependência científica tecnológica e cultural do país e fundamental para a construção de uma nação autônoma.

Posteriormente, de 1992 a 1994, quem esteve a frente do país era o Presidente Itamar Franco, sendo que a educação em seu governo seguiu as diretrizes do Plano Decenal de educação para Todos de 1993-2003, oriundo de negociações com a UNESCO (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2002).

Seguido pelo governo de Collor de Mello, caracterizado por grandes promessas sem concreticidade, este é substituído por Fernando Henrique Cardoso (FHC). Nesse governo, a educação vivencia uma jornada ruim, acontece um alto índice de repetência e evasão escolar, e ainda, tem se um uma perda de recursos para manutenção da escola. Segundo Frigotto (2011, p. 240) “[...] As reformas neoliberais, ao longo do Governo Fernando Henrique, aprofundaram a opção pela modernização e dependência mediante um projeto ortodoxo de caráter monetarista e financista-rentista”.

O governo FHC, portanto, aprofunda as medidas neoliberais no país, caracterizadas, dentre outros fatores, pelas numerosas privatizações do patrimônio público. Acerca disso, Frigotto (2011, p, 240) expões que consolida-se o entendimento de que “[...] o individuo não mais está referido á sociedade, mas ao mercado. A educação não mais é direito social e subjetivo, mas um serviço mercantil”. Isto é,

[...] O conjunto de pressupostos assumidos e partilhados pelo projeto econômico- social do Governo Cardoso é extraído da cartilha neoliberal do que acabaram consenso de Washington e pode ser resumido nos seguintes: primeiramente que acabaram as polaridades, a luta de classes, as ideologias, as utopias igualitárias e as políticas de Estado nelas baseadas. A segunda idéia- matriz é a de que estamos num novo tempo- o da globalização, da modernidade competitiva, de reestruturação produtiva, de reengenharia-, no qual estamos defasados e ao qual estamos devemos ajustar-nos (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2002, p.105-106).

Desse modo, FHC tem como projeto de educação básica a lógica unidimensional do mercado. Ele apropriou-se do pensamento pedagógico empresarial, como Frigotto & Ciavatta (2002, p.108), expõe:

[...] Trata- se de uma perspectiva pedagógica individualista, dualista e fragmentária coerente com o ideário da desregulamentação, flexibilização e privatização e com o desmonte dos direitos sociais ordenados por uma perspectiva de compromisso social coletivo. Não é casual que a ideologia das competências e da empregabilidade esteja no centro dos parâmetros e das diretrizes educacionais e dos mecanismos de avaliação.

As idéias que os educadores tinham sobre a LDB, não condiziam com as políticas de ajuste, sendo assim, os educadores tiveram suas idéias ignoradas e as decisões importantes vieram de cima daqueles que detêm o poder. Portanto, os educadores, e na verdade toda a sociedade, continua na incansável luta para melhorias na educação, esperam pelo aumento do PIB de 4% para 10% ao final de dez anos de PNE (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2002).

Ao iniciar uma nova década, novas esperanças emergem com a eleição presidencial de 2002, na qual foi eleito Luiz Inácio Lula da Silva. Apesar disso, como afirma Frigotto (2011, p. 239),

[...] A continuidade da década presente em relação ao passado incide no erro da geração perdida – a opção por conciliar uma minoria prepotente a uma maioria desvalida – mediante o combate à desigualdade dentro da ordem de uma sociedade capitalista onde sua classe dominante é das mais violentas e despóticas do mundo.

Esse governo, portanto, não correspondeu às estimas dos menos favorecidos, embora tenha-se no período melhoria nas condições de vida desses, mediante o desenvolvimento de políticas compensatórias. O que, segundo Frigotto (2011, p.240), causou

[...] um furor da classe dominante e de seus aparelhos de hegemonia contra as políticas aqui exemplificada, por retirarem migalhas da reprodução ampliada do capital ou de seus privilégios; e um comportamento de gratidão e de apoio das multidões que objetivamente sentem a melhora efetiva de suas vidas, grande parte passando da indignância à sobrevivência e outra parcela subindo um degrau na escala do consumo.

Além disso, nessa década, ratificam-se as parcerias entre público e privado no setor educacional. Assim, conforme expõe Frigotto (2011, p. 242),

[...] No plano das políticas educacionais, da Educação básica à pós-graduação, resulta, paradoxalmente, que as concepções e práticas educacionais mais vigentes na década de 1990 definem predominantemente a primeira década do século XXI, afirmando as parcerias do público e privado, ampliando a dualidade estrutural da educação e, de forma ampla, mormente nas instituições educativas públicas, mas não só, é na educação básica, abrangendo desde o conteúdo do conhecimento até os métodos de sua produção ou socialização.

Nesse sentido, tem-se o desenvolvimento da educação caracterizado pela oferta de serviços públicos, mas também de prestação de serviços por instituições

privadas. Ambos espaços serão requeridos como campo de atuação do assistente social, como veremos a seguir.

### 3 SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

O objetivo desse capítulo é abordar a inserção do Serviço Social na política social de educação, em particular no Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto-MG. Para isso, no primeiro momento abordaremos o colégio, como espaço de atuação e, no segundo momento, apresentaremos a análise da inserção do Serviço Social no espaço citado.

#### 3.1 A REDE DE COLÉGIOS ARQUIDIOCESANOS

A história do Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto, tem início com a posse do Arcebispo Dom Helvécio de Oliveira, em 1922, na cidade de Mariana. Esse reformou o antigo Palácio dos Bispos de Mariana<sup>4</sup>, onde fundou o colégio em 1927, tendo em sua direção o Monsenhor<sup>5</sup> Manuel Nogueira, de 1927 a 1930, e o Monsenhor Raimundo Otávio Trindade, de 1931 a 1932 (CAOP, 2017). Ou seja, tanto nesse período, quanto posteriormente, até os dias atuais, fizeram parte da direção do colégio somente pessoas ligadas a Arquidiocese de Mariana – Padres, Cônegos etc. – como pode-se observar na lista de diretores:

Pe. Osvaldo Torga – de 1943 a 1944  
 Pe. Emílio Veiga – de 1944 a 1947  
 Côn.º José da Rocha Filgueiras – de 1947 a 1979  
 Pe. Carmélio Augusto Teixeira – 1981 a 1988  
 Côn.º José Feliciano da Costa Simões- de março a outubro de 1988  
 Côn.º Paulo Dilascio – de 1989 a 2010  
 Côn.º Tarcísio Sebastião Moreira – de 2010 a 2014 (CAOP, 2017, p.5)

Alguns anos depois da fundação, Dom Helvécio deu início a construção do prédio próprio; sendo que, em 20 de maio de 1933, o colégio foi alocado no município de Ouro Preto, na rua Alvarenga do bairro Cabeças. Isto é,

Tendo encontrado grande colaboração em Ouro Preto, o Exmo. Sr. Arcebispo Dom Helvécio Gomes de Oliveira iniciou a construção de prédio próprio, à Rua Alvarenga, no Bairro Cabeças, onde, a 20 de maio de 1933, foi instalado oficialmente o Colégio Arquidiocesano, conforme registro no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas do Município, sob o nº 03 (três), com a finalidade de ministrar ensino em caráter particular, em cursos e modalidades previstas na Legislação Brasileira (CAOP, 2017, p. 5).

<sup>4</sup> Onde atualmente funciona no Palácio dos Bispos o Museu de Música de Mariana.

<sup>5</sup> **Monsenhor** é um título concedido pelo Papa a sacerdotes católicos que tenha prestado serviços honrosos a igreja e/ou governos.

Assim, em caráter particular, o Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto funcionava como externato, tanto para rapazes e moças, além de internato masculino – que devido a baixa demanda, foi encerrado em 1970. Ademais, apenas em 1980, tem-se a implementação do ensino pré-escolar e primário, fundado pelo Professor Hélio Homem de Faria, em funcionamento atualmente – todavia com mudança na nomenclatura, hoje é chamado de Educação infantil e Ensino Fundamental - Anos iniciais (CAOP, 2017).

Sendo assim, instalada em prédio próprio e em funcionamento, em 1934, é instituída a mantenedora, a instituição responsável por provê os recursos financeiros necessários para o funcionamento do colégio: a Sociedade Liceu Ouro Preto. Ou seja,

Em 1934, foi instituída a Sociedade Liceu Ouro Preto, como mantenedora do Colégio Arquidiocesano, iniciando suas atividades definitivas, sob a direção do Pe. José da Silveira Lobo, que permaneceu no cargo até o ano de 1942 (CAOP, 2017, p. 5).

Essa mantenedora permaneceu em função até o ano de 1992, quando o foi extinta e substituída pela Entidade Mantenedora Obras Sociais de Auxílio à Infância e à Maternidade Monsenhor Horta, da Arquidiocese de Mariana, como exposto:

[...] Nomeada e empossada esta Diretoria a 3 de setembro de 1992, o novo Presidente Cônego José Feliciano da Costa Simões, convocou, através de Edital no “Minas Gerais”, nova Assembleia, para a extinção da Sociedade Liceu Ouro Preto, o que aconteceu no dia 25 de setembro de 1992, quando então o Colégio Arquidiocesano passou a ter como Entidade Mantenedora Obras Sociais de Auxílio à Infância e à Maternidade Monsenhor Horta, da Arquidiocese de Mariana, entidade de utilidade pública federal, estadual, municipal, de fins filantrópicos, que tem como Foro a cidade de Mariana, sede do Arcebispado, conforme contrato social registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca (CAOP, 2017, p. 6).

Posteriormente, em 2010, o Pe. Tarcísio Sebastião Moreira assume a direção do Colégio Arquidiocesano e, no mês de novembro do mesmo ano, muda a mantenedora do colégio, assumindo então a Fundação Marianense de Educação. Isto é,

Em 23/11/2010, ocorreu a mudança de mantenedora, passando de Obras Sociais de Auxílio à Infância e à Maternidade Monsenhor Horta para Fundação Marianense de Educação (CAOP, 2017, p. 7).

Paralelamente, em 1977, foi fundado a Escola Particular “Alphonsus de Guimaraens” localizado na Vila Residencial, em Antônio Pereira, na cidade de Ouro Preto. Nesse, o ensino de 1º a 4º série do ensino fundamental começa a ser ofertado em 1978; e, o ensino de 5º a 8º série, em 1996. Essa tinha como mantenedora a Samarco Mineração S/A – empresa de grande porte localizada na cidade de Mariana – afim de atender os filhos dos funcionários de sua empresa. Entretanto, devido a demanda externa a esse público, a escola acabou atendendo a toda comunidade da Vila Samarco. Diante a essa ampliação de clientela, a empresa repassa a gestão da escola ao Colégio Arquidiocesano (CAOP, 2017).

Nesse sentido, em 1998, a Samarco assume convênio com a Mantedora Obras Sociais de Auxílio à Infância e à Maternidade Monsenhor Horta, da Arquidiocese de Mariana, Entidade de Utilidade Pública Federal, Estadual, Municipal, de fins filantrópicos. O que ocasionou a mudança do nome da Escola Particular Alphonsus de Guimaraes, sendo nomeada como Colégio Arquidiocesano- Unidade II (CAOP, 2017).

A partir do ano 2000, de acordo com o parecer 088/00 do Conselho Estadual de Educação, o Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto – Unidade II foi autorizado a oferecer, também, o Ensino Médio. Assim, em julho de 2010, com o falecimento de Cônego Paulo Dilascio, o Arcebispo de Mariana, Dom Geraldo Lyrio Rocha, nomeou Padre Tarcísio Sebastião Moreira como novo diretor do colégio – que nesse ano passa a ser nomeado como Colégio Arquidiocesano - Unidade Cônego Paulo Dilascio, em homenagem ao antigo diretor falecido (CAOP, 2017).

Essa Unidade funcionou de 1999 a 30 de janeiro de 2017, quando a Samarco encerra o convênio estabelecido com a Fundação Marianense de Educação (FME) – atual mantenedora do colégio, desde quando substituiu, em novembro de 2010, a Obras Sociais de Auxílio à Infância e à Maternidade Monsenhor Horta (CAOP, 2017).

O encerramento do convênio, portanto, se deu após o crime de rompimento da Barragem do Fundão, no complexo da Samarco Mineração, que se deu na tarde de 05 de novembro de 2015. Este é considerado o maior crime socioambiental já visto, que deixa feridos e mortes, além de um grande desastre

ambiental e econômico na cidade de Mariana. O que afeta diretamente a manutenção do Colégio Arquidiocesano, em especial a manutenção da Unidade Cônego Paulo Dilascio, na Vila Samarco. Essa, então, tem suas atividades encerradas e é fechada, restando em funcionamento apenas a unidade de Ouro Preto, conforme expressa o Plano Político Pedagógico do Colégio Arquidiocesano (CAOP, 2017, p.7).

[...] Somando-se à crise econômica instalada em todo o Brasil, que impactava gravemente as instituições particulares de ensino, tal sinistro desencadeou o processo de fragilização crescente da situação financeira do Colégio Arquidiocesano Unidade Cônego Paulo Dilascio, ocasionando queda expressiva do número de alunos.

Isto é, diante o exposto, no final do ano de 2016, a Fundação Marianense se viu obrigada a encerrar as atividades do Colégio Arquidiocesano Unidade Cônego Paulo Dilascio, por não conseguir assumir sozinha o funcionamento do mesmo. Isso, porque a crise financeira que instaurava o Brasil, obrigou a redução de despesas, e isso atingiu também a educação. Uma vez que famílias não conseguiram manter seus filhos em escolas particulares, e passam a optar pelo ensino público.

Nesse sentido, a crise financeira do país, somada ao desastre da Samarco, trouxe grande crescimento do desemprego na cidade de Mariana. Ou seja, o crime da barragem do fundão, além de muita tristeza pela perdas de entes queridos e pelo desastre na natureza, acarretou num desencadear de fatos que impactaram a economia de toda região. Assim, além de tudo isso, tem-se de um lado trabalhadores que vendiam sua força de trabalho em troca de sua subsistência, do outro lado uma empresa que só visa a obtenção de lucro, logo, conforme o capital domina a organização do mundo, os indivíduos perdem a cada dia mais seu valor.

### **3.1.1 O Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto-MG**

O Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto, como vimos, trata-se de uma instituição educacional dirigida, desde sua fundação, por sacerdotes católicos, tendo como norteamentos de sua ação político-pedagógica a doutrina cristã católica. O que se reflete na ausência de laicização observada no Projeto Político Pedagógico (PPP) do colégio:

[...] As ações pedagógicas propostas no Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto são iluminadas pelas virtudes e pelos valores cristãos que fundamentam a fé, proporcionando uma crescente valorização do ser humano. Isto possibilita prestar um serviço educacional de qualidade, naquilo que é vocação e diz respeito à filosofia do trabalho. Contempla, além do conteúdo programático, os valores éticos que são vivenciados no dia a dia dentro desta Instituição Educacional (CAOP, 2017, p.15).

Nesse bojo, o Colégio Arquidiocesano busca a oferta de serviços de excelência, traçando como missão, segundo o PPP:

[...] Promover, por meio de processos pedagógicos e administrativos inovadores, uma educação de referência, fundamentada no respeito à vida, à diversidade, em valores éticos e cristãos, e comprometida com a formação integral do ser humano (CAOP, 2017, p. 8).

Diante a isso, cabe salientar que as instituições privadas tem direito de se vincular publicamente a qualquer crença religiosa, como expressa a LDB, no artigo 20, inciso III:

Art. 20. As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias:

I - particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;

II - comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;

**III - confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;**

IV - filantrópicas, na forma da lei (BRASIL, 1996, grifo nosso).

Entretanto, cabe salientar que a LDB também veda qualquer tipo de *proselitismo*, isto é, agir de forma a convencer ou converter à religião a qual a instituição está alinhada. Apesar disso, observa-se no PPP do colégio a vinculação a doutrina católica a todos os sujeitos vinculados a instituição:

[...] Congregados aos propósitos Cristãos e à Proposta Educativa desta instituição todos que a ela se vinculam amparam-se ao lema: “Deo Duce Coadjuvante Domina e Colle Illuminans” (Conduzido por Deus, Nossa Senhora ajudando, iluminando do alto da colina) (CAOP, 2017, p. 8).

Portanto, a oferta de serviços educacionais por instituições confessionais trata-se de um debate complexo, que coloca um conjunto de desafios para o Assistente Social que atuará nesse campo de trabalho.

Além disso, cabe salientar que o Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto, é instituição regulamentada que oferta do maternal ao ensino médio<sup>6</sup>, conforme explica o PPP do Colégio (2017, p. 8).

A proposta educativa praticada no Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto, que atende desde o Maternal ao Ensino Médio, pauta-se em, constantemente, cumprir tudo aquilo que propicie alcançar os fins da Educação Nacional e atingir os objetivos gerais do ensino, proporcionando aos educandos a formação necessária ao desenvolvimento de potencialidades e ao pleno exercício da cidadania.

Atualmente, como responsáveis pelo desenvolvimento desse PPP, a instituição tem como diretor geral o Padre Paulo Ribeiro Nobre; coordenação administrativa, pedagógica e educacional; além dos professores e demais funcionários, dentre eles o/a assistente social (CAOP, 2017).

Acerca do ingresso no Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto, esse se dá através da matrícula e, caso as vagas já tenham sido preenchidas, a inclusão em ma lista de cadastro reserva. Portanto, em regra, o acesso se dá mediante o pagamento de mensalidade, como um colégio particular, sendo responsabilidade da família esse pagamento, bem como da aquisição do material didático indicado pela da instituição no ato da matrícula (CAOP, 2018)

Todavia, há a possibilidade de oferta de bolsa, mediante a submissão ao processo seletivo por meio do “Programa Acesso a uma Educação de Qualidade. Nesse é concedido, Conforme expressa o site do colégio:

[...] As Bolsas de Estudo são disponibilizadas, conforme orçamento anual da Mantenedora, tendo como base o decreto 8242/14 que regulamenta a Lei 12.101/09 para dispor sobre o processo de certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social o valor destinado à filantropia e de acordo com o número de vagas, bolsas e/ ou descontos disponíveis por curso/ turma (CAOP, 2018).

As “[...] bolsas de estudo – de 100 e 50% de gratuidade – para crianças e adolescentes, cujas famílias comprovem índice de vulnerabilidade através de avaliação socioeconômica” (CAOP, 2018). Portanto, as bolsas são direcionadas para famílias em situação de vulnerabilidade social, sendo necessário o preenchimento do Questionário Socioeconômico e entrega de documentação

---

<sup>6</sup> O Colégio Arquidiocesano já ofertou o curso de habilitação profissional de Desenhista Mecânico (1975) e o curso técnico em Agropecuária (1985), sendo que ambos foram encerrados.

requeridas no edital. Após a inscrição, é realizada a análise e “Os candidatos são classificados na ordem crescente de maior carência para menor carência, considerando as informações da avaliação socioeconômica”. Vale salientar que está explícito no site do colégio que “a documentação exigida passa por criteriosa análise socioeconômica, efetuada pelo Assistente Social do quadro permanente da Mantenedora” (CAOP, 2018).

Desse modo, o colégio expõe que além de visar a oferta de educação de qualidade, considera importante, também, a filantropia. Isto é,

[...] na sua atividade filantrópica, vem oferecendo a dezenas de alunos, bolsas de estudo, com vistas a possibilitar o acesso a uma educação de qualidade, reconhecendo na diversidade existente na comunidade escolar a necessidade de respeitar e atender a mesma. O importante é oportunizar vivências capazes de desconstruir a realidade do igual, da repetição, para valorizar a diferença, acreditando na diversidade da vida (CAOP, 2017, p. 27)

Além disso, afirma que, “[...] de forma a democratizar os recursos, concede descontos na mensalidade escolares” (CAOP, 2018). A fim de viabilizar esse desconto, estabelece alguns critérios para sua concessão, expresso em seu site institucional (CAOP, 2018):

- Descontos para quem tem mais de um filho no colégio, desde que a mensalidades dos mesmos sejam integrais. É garantido 5% para o 2º filho e 10% para o terceiro.
- Desconto sindical, destinado aos pais que são filiados ao sindicato da rede particular de ensino. Aos filhos de professores filiados ao SINPRO/MG pode ser concedido o desconto de 100%, 80% e 40% e para filhos de professores filiados ao SAEE/MG os descontos variam de 75% a 100%.
- Descontos para residentes em outras localidades, que é concedido ao aluno que reside fora da sede, seja, um distrito ou outro município um desconto de 20%.
- Desconto da anuidade, destinado aos alunos cujos pais queiram antecipar o pagamento anual das mensalidades, isso, se este aluno não dispor de nenhum outro desconto, a este aluno será concedido 5% de desconto na mensalidade.

- Desconto social àqueles alunos que, após uma avaliação socioeconômica, realizada pela Assistente Social, conclua a necessidade do mesmo. É preenchido um questionário socioeconômico e a partir dele traçado seu grupo familiar para então avaliar o percentual do desconto.
- Desconto por prova, concedido ao aluno que no processo seletivo realizado pelo Colégio Arquidiocesano, conseguir a maior pontuação. Esse processo seletivo tem o objetivo de receber como educandos alunos que venham da rede pública de ensino, nesse processo seletivo são realizadas provas de Língua Portuguesa e Matemática. Os descontos podem chegar a 50%.

Acerca desses, é explicitado, no site da instituição, a proibição do acúmulo de descontos, alertando que o enfoque é garantir a permanência do aluno no colégio possibilitado seu acesso a um ensino de qualidade de uma forma democrática. Assim afirmam que:

[...] Os descontos são operacionalizados pela Direção, Coordenação Administrativa, Setor de Assistência Social, Secretaria e Setor Financeiro do Colégio, tendo sempre em vista, a planilha de custos operacionais, que engloba: salários de professores e funcionários, novas tecnologias, inadimplência, reajuste em conta de água, luz e outros.

Nesse sentido, percebe-se que o Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto se dispõe a considerar a realidade individual de cada aluno e analisar sua especificidade, colocando-se sempre pronto ai dialogo seja, com aluno, pais ou funcionários, mas expressa a garantia da qualidade do ensino como primordial, sem perder de vista o vínculo dessa com os custos financeiros da prestação do serviço.

### 3.2 O SERVIÇO SOCIAL NO COLÉGIO ARQUIDIOCESANO DE OURO PRETO-MG

A escola é um espaço que necessita da atuação do Assistente Social, sendo que esse deve trabalhar embasando-se de forma ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica. Nesse sentido, Gonçalves (2009, p.47) descreve a profissão como:

[...] O Serviço Social é caracterizado como... uma especialização do trabalho, inscrito na divisão social técnica do trabalho coletivo, na produção e

reprodução da vida social. Um trabalhador assalariado que dispõe de uma relativa autonomia, pelo fato dela ser tensionada pela venda da força de trabalho, que pode ser destinada a empregadores distintos.

Portando, esse profissional deve possuir uma formação de nível superior, ser bacharel em Serviço Social, além de estar cadastrado em seu respectivo conselho de classe. Isso porque, trata-se ainda de uma profissão legalmente regulamentada, pela Lei 8.662, de 07 de junho de 1993, além de ser regida pelo Código de Ética Profissional, Resolução CFESS N.º 273, de 13 março de 93.

Nesse sentido, o Assistente Social é encontra-se, frequentemente, em vínculo assalariado, tendo, portanto, que vender sua força de trabalho. Assim,

O pressuposto, que orienta a exposição [...] é o de que não existe um processo de trabalho *do Serviço Social*, visto que o trabalho é atividade de um sujeito vivo, enquanto realização de capacidades, faculdades e possibilidades do sujeito trabalhador. Existe, sim, *um trabalho do assistente social e processos de trabalho nos quais se envolve na condição de trabalhador especializado* (IAMAMOTO, 2009, p. 33).

O processo de trabalho do Assistente Social, portanto, se particulariza, a depender do campo de atuação, da demanda, dos instrumentos e da correlação de forças. Como salienta Gonçalves (2009, p. 49):

[...] Em sua cotidianidade, o Assistente Social possui um conjunto de singularidades nos distintos campos de atuação, os quais fazem com que o profissional tenha um processo de trabalho abastado e complexo.

Assim, a inserção do Serviço Social na educação coloca um conjunto de reflexões sobre as particularidades do processo de trabalho. Mas, cabe salientar que não se trata de algo recente, pois a inserção nesse campo vem desde os primórdios da profissão. Como defende o CFESS (2013, p. 15-16)

Embora muitos tendam a afirmar que se trata de um debate ou de um campo novo, a vinculação do Serviço Social com a Política de Educação foi sendo forjada desde os primórdios da profissão como parte de um processo de requisições postas pelas classes dominantes quanto à formação técnica, intelectual e moral da classe trabalhadora, a partir de um padrão de escolarização necessário às condições de reprodução do capital em diferentes ciclos de expressão (CFESS, 2013, p. 15-16).

Portanto, o assistente social vem atuando na área escolar desde a década de 30, entretanto, ainda falta compreensão de como seria essa atuação. Afim de esclarecer essa dificuldade, o CFESS (2001, p.12) esclarece que

[...] A contribuição do Serviço Social consiste em identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais atingem o campo educacional no atual contexto, tais como: evasão escolar, o baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos, de risco etc. Essas constituem-se em questões de grande complexidade e que precisam necessariamente de intervenção conjunta, seja por diferentes profissionais (Educadores, Assistentes Sociais, Psicólogos, dentre outros), pela família e dirigentes governamentais, possibilitando conseqüentemente uma ação mais efetiva.

Não se espera, portanto, que o Assistente Social destrua todos os obstáculos encontrados na vida escolar, todavia esse profissional pode viabilizar o acesso a serviços e benefício, enquanto direito dos estudantes e suas famílias. Assim, o trabalho desse profissional na escola deve:

[...] proporcionar o devido encaminhamento aos Serviços Sociais e assistenciais, que muitas vezes são necessários aos alunos da rede pública que apresentam dificuldades financeiras, contribuindo para a efetivação do seu direito a educação (CFESS, 2001, p. 12).

Apesar da relevância do trabalho do assistente social em âmbito escolar, ainda é baixa a inserção desse profissional nesse campo. E quando ocorre,

[...] responde sobretudo às requisições socioinstitucionais de ampliação das condições de acesso e de permanência da população nos diferentes níveis e modalidades de educação, a partir da mediação de programas governamentais instituídos mediante as pressões de sujeitos políticos que atuam no âmbito da sociedade civil (CFESS, 2013, p. 37).

Sendo assim, atualmente, as demandas ao Assistente Social, inserido na política social de educação, é posta pela instituição e estão inscritas em promover a garantia do acesso e da permanência na educação escolarizada. Sem negar a importância dessa demanda, salienta-se que as possibilidades de atuação desse profissional estão para além disso, como expõe o CFESS (2013, p. 38).

A atuação direcionada para a garantia da gestão democrática e da qualidade da educação indica outras dimensões que também se inscrevem no conjunto das lutas sociais pelo reconhecimento e ampliação da educação pública como um direito social, evidenciando sua sintonia com os princípios ético-políticos que norteiam a atuação profissional. Reafirma, portanto, a compreensão de que o trabalho do/a assistente social, no campo da educação, não se restringe ao segmento estudantil e nem às abordagens individuais. Envolve também ações junto às famílias, aos professores e professoras, aos demais trabalhadores e trabalhadoras da educação, aos gestores e gestoras dos estabelecimentos públicos e privados, aos/às profissionais e às redes que compõem as demais políticas sociais, às instâncias de controle social e aos movimentos sociais, ou seja, ações não só de caráter individual, mas também coletivo, administrativo-

organizacional, de investigação, de articulação, de formação e capacitação profissional.

Portanto, entende-se a necessidade de conhecer o desenvolvimento do trabalho de um assistente social no campo educacional, afim de melhor entender as particularidades que se apresentam na sua atuação. Para isso, abordaremos a seguir alguns elementos do trabalho do assistente social no Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto.

### 3.2.1 Entrevista com a Assistente Social

Buscando conhecer o perfil do assistente social inserido no Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto, identificou-se que esse graduou-se no ano de 2005, em uma universidade federal no estado de Minas Gerais, sendo sua maior qualificação o curso de uma especialização *latu sensu*. Como expõe na entrevista:

*Eu me formei na Universidade Federal de Juiz de Fora, em 2005.*

*Eu tenho especialização, fiz especialização em uma Universidade particular, pretendo o mestrado, mas é com o tempo. Se chama instrumentalidade no serviço social, não é o que eu esperava, mas, né, no momento eu precisava do título.*

Acerca do vínculo empregatício desse com o colégio, identificou-se que se trata de contrato regido pela CLT, tendo sido intercalado por alguns períodos de suspensão, como se pode observar:

*Então, eu entrei no Colégio Arquidiocesano, quando ele ainda tinha outra mantenedora, que era a Obras Sociais Monsenhor Horta. Eu entrei em 2009 e saí, entrei em 2010 na verdade e saí em 2011, e eu voltei em 2013, eu fui chamada de novo para trabalhar em 2013, eu saí nessa data de 2011 porque eu fui chamada no concurso da prefeitura, e pra mim era mais interessante um cargo efetivo né, do que aqui no colégio, aí eu voltei em 2013.*

Acerca do período em que esteve em outro campo de atuação, esclarece que o colégio contratou outras assistentes sociais:

*Não, tiveram outras duas. Entrou uma logo depois que eu saí, aí essa pessoa saiu, então foi contratada outra aí parece que não deu pra ela ficar, aí me chamaram novamente e eu estou até hoje.*

No que tange a carga horária de trabalho, o assistente social esclarece que recentemente houve uma redução, passando de vinte horas para oito horas

semanais, o que a mesma atribui a “situação financeira do país”. Além disso, pontua que as cumpre em dois dias, sendo quatro horas diárias. Conforme afirma:

*Olha até dezembro a minha carga horária era de vinte horas semanais, a minha carga horária foi reduzida para oito horas semanais devido a toda essa situação né, financeira em que o país se encontra, então por questões de organização financeira, e já é um período que já vai iniciar mais tranquilo, mas a minha carga horária foi reduzida.*

*Eu faço normalmente quatro horas por dia.*

No que diz respeito a implementação do Serviço Social na instituição, a profissional esclarece que sempre existiu no Colégio Arquidiocesano, um Assistente Social, mas ela não teve acesso a nenhum documento, somente falaram que naquele espaço havia um profissional em Serviço social. A atual profissional trabalha principalmente na concessão de bolsas de estudos e descontos, através da avaliação socioeconômica. Assim ela expõe:

*[...] Olha a data exata eu não sei te falar não, vou ser bem sincera, mas quando eu entrei, o que eu ouço né, o que foi passado pra mim, é que sempre teve assistente social, pra trabalhar principalmente nessa questão de avaliação socioeconômica porque o colégio tem a prática da filantropia, a fundação Marianense que hoje é a mantenedora né, eu falei antes das obras sociais, aí teve o processo de transferência, e hoje a fundação marianense tem que praticar a filantropia, e o colégio entra com a avaliação socioeconômica.*

No diz respeito ao setor em que o Serviço Social está alocado, a profissional esclarece que atua junto à secretaria, a coordenação administrativa e a direção do colégio, pois é a estes setores que remete seu parecer social acerca da avaliação socioeconômica. Nesse sentido, pontua que tal procedimento não possui caráter deliberativo, uma vez que a concessão de bolsas e de descontos é discutida com a administração do colégio, pois esses dependem da situação financeira da instituição, logo dos setores a que está subordinada. Como podemos observar:

*[...] Olha tá diretamente ligado, vamos dizer assim que está isolado, eu considero assim porque eu respondo a coordenação administrativa, e depois a direção. Não tem um setor que trate dessas questões, o meu trabalho é sempre em conjunto com a secretaria, coordenação administrativa e direção, porque são setores que tomam decisões inclusive financeiras, então eu tenho que estar sempre em contato com esses três setores, principalmente com a coordenação administrativa e direção, para definir o desconto que vai de acordo com a avaliação socioeconômica. Desde quando eu entrei é feito assim, pois o colégio acha mais justo dessa forma, pois já é feito avaliação socioeconômica para concessão de bolsa.*

*Eu tenho que ficar ligada a esses setores pois não tenho acesso às questões financeiras, e eu também acredito que é uma coisa que não me compete, e também não gostaria de participar dessas questões.*

Acerca do público alvo do atendimento do Serviço Social, a Assistente Social esclarece que são os alunos e suas respectivas famílias, tanto dos bolsistas quanto daqueles que estejam interessados em desconto na mensalidade. O perfil dos educandos não é discutido com a direção, entretanto a profissional salienta que gosta de conversar sobre os descontos pessoalmente com a direção, já que considera que essa não tem nenhuma obrigação em dar descontos.

*[...] São os alunos né, e a família dos alunos do colégio arquidiocesano, não vou falar que são só os bolsistas mas todos que estão interessados no desconto, aqueles que tem o perfil, e que consideram que podem ter dificuldades em pagar as mensalidades. Eles retiram o questionário e a relação de documentos necessários, e encaminham pra assistente social, eu faço a minha avaliação e encaminho o resultado, o perfil dos bolsistas eu não discuto com a coordenação e direção, eles aprovam o meu parecer, e sobre o percentual de desconto eu prefiro me reunir e definir com a direção e coordenação, até mesmo porque o colégio não é obrigado a fornecer bolsas, é uma política interna, e fazem isso pra atrair alunos, não só atrair mais também atender as famílias que tem interesse em matricular os seus filhos aqui.*

No que tange as demandas mais recorrentes ao Serviço Social, ela expõe que é a requisição de bolsas de estudos e descontos na mensalidade:

*[...] Desconto e concessão de bolsas.*

Apesar disso, a Assistente Social salienta que seu trabalho poderia ir muito além, mas que não é demandado pela instituição e pelos demais funcionários:

*[...] São as bolsas mesmo né, porque o que acontece aqui no colégio, eu sei e converso muito com a direção, e eles aceitam muito isso que o serviço social vai muito além disso, eu penso que o papel do assistente social foi muito construído no sentido da avaliação socioeconômico. Eu tinha demanda extra avaliação na localidade da Vila Samarco, que tinha a unidade que fechou né, culminou com a tragédia da Samarco [...].*

Acerca disso, afirma que o colégio, os funcionários e até mesmo os pais, desconhecem o verdadeiro papel do Assistente Social, sendo que o conceito “ajuda” é o que impera como identidade do seu trabalho, como comenta abaixo:

*Mas quando há alguma demanda no âmbito do serviço social aqui no colégio eu sou chamada, eu ate gostaria de ir além disso, mas não é o perfil da escola. As atividades de serviço social não são natas dessa unidades, elas foram trazidas de outras unidades, por isso precisam ser estudadas e adaptadas ao perfil e necessidades dessa unidade. Outra dificuldade é a*

*compreensão do trabalho por parte dos professores e funcionários do colégio, não por desvalorizarem a profissão, mas por falta de conhecimento dos benefícios que a assistência social pode trazer para a vida do colégio, mas essa barreira deve ser vencida com o tempo.*

Sobre os instrumentos técnicos-operativos mais utilizados por ela em seus atendimentos, explica que, trabalhou na Universidade de Ouro Preto e, que nesta instituição ela usava um questionário e uma tabela de ponderação, então resolveu trabalhar da mesma forma no Colégio Arquidiocesano.

*A gente vai construindo eles, a medida que vamos conhecendo e aprendendo, fazendo leituras, na verdade a técnica mesmo utilizada aqui vai muito além ne, mas eu utilizo um questionário, uma tabela de ponderação que ali eu faço pontuações, eu tenho cálculos que me dão resultados concretos da realidade que está sendo apresentada, é o que eu utilizo como instrumento né, mas isso não é um resultado concreto, são parâmetros que eu utilizava quando trabalhava na UFOP.*

Além disso, afirma que promoveu alterações no instrumental técnico-operativo, afim de adequá-lo as particularidade da avaliação sócio econômica do colégio:

*Então, além do questionário e da tabela de ponderações, eu atualizei essa tabela quando eu vim da UFOP para o colégio arquidiocesano pois são realidades totalmente diferentes ne, então eu fiz um estudo do perfil dos usuários aqui do colégio, adaptei essa tabela e atualizei esse ano, pois a UFOP, atualizou seu processo, eles informatizaram, colocaram no sistema. E buscando informações com colegas da UFOP eu tive acesso a tabela, e com isso procurei adaptar a realidade que eu tenho aqui no colégio, e essa tabela esse calculo me da um parâmetro, para ter um resultado concreto de vulnerabilidade, sé que ai que está o desafio, a gente tem que usar da realidade pra construir todo o instrumental técnico operativo que a gente trabalha, e a realidade atual, ela tá ali, tá pegando ne, mas acredito que com os conhecimentos técnicos que eu tenho, eu estou buscando meios de atingir meu objetivo, que é verificar a vulnerabilidade, e conciliar a vulnerabilidade da família e condição da escola de fornecer a bolsa ou o desconto, porque a bolsa ela tem que conceder, mas o desconto ela pode ou não conceder.*

Além do questionário a Assistente Social também afirma que faz uso de entrevista e visita domiciliar, quando entende que se faz necessário para a complementação da avaliação socioeconômica:

*E eu utilizo de entrevista visita domiciliar, quando julgo necessário, principalmente para concessão de bolsa, pois pela experiência que eu tenho muita gente burla todo o processo, eu sei que é chato , mas com a visita domiciliar você vai ver se a pessoa realmente precisa da bolsa, eu considero invasivo mas é necessário, é uma ferramenta que nos ampara para emitir um parecer, eu utilizo muito de entrevista, e fico muito incomodada quando fico só em um avaliação, as vezes da pra entender a situação, pois eu estudo a situação da família, e se necessário convoca a*

*família para uma entrevista, a modo de sanar todas as dúvidas e emitir um parecer coerente com a real situação. Muitas vezes as famílias expõem informações desnecessárias ao processo, no âmbito da intimidade familiar, e daí eu consigo direcionar a conversa para um rumo satisfatório.*

A profissional expõe que o direcionamento ético-político adotado está vinculado ao código de ética profissional que regulamenta o Serviço Social:

*Olha, o ético-político tem que estar presente, o profissional que trabalha sem a consideração do projeto ético-político tem que entregar a carteira, a gente tem que trabalhar considerando o direito do outro, a busca pela emancipação da pessoa, a gente tem que trabalhar nesse interesse, de emancipar a pessoa, pela busca e levar a informação para as pessoas, com código de ética o tempo todo. E é nesse sentido você mostrando tanto para o usuário quanto para a instituição, pois você é profissional que não pode trabalhar de qualquer forma, aqui no colégio pra quem eu devo mostrar o meu trabalho sou bem compreendida, mas em outros locais que eu trabalhei, a gente tem que mostrar isso o tempo todo, no trabalho o que o outro não sabe fazer ele manda para o serviço social, é uma lida constante, porque a assistente social tem que mostrar o tempo todo, o que está fazendo, porque está fazendo. A gente não pode desvincular o nosso trabalho do projeto ético político, ele tem que reger o nosso trabalho, temos que estar amparado por isso.*

Em relação a dimensão teórico metodológica, afirma entender que essa está diretamente ligada a dimensão técnica-operativa, e que adota a perspectiva marxista:

*E assim teórico-metodológico é aquilo, é resgatar a todo momento a teoria, tudo aquilo que faz parte, que a gente acredita que pode nos ajudar a fazer uma leitura da realidade. Eu formei em uma universidade como a UFOP que tem uma linha marxista, muita gente fala que a teoria não tem haver com a prática, ou a prática não tem nada haver com a teoria, mas tem tudo a haver, é resgatar o tempo todo essa teoria, ela está totalmente vinculada ao técnico-operativo, e a partir daí vamos fazer uma leitura da realidade e fazer uma reflexão, para então chegar na práxis, não ser um profissional meramente técnico, temos que ir além disso, é o que eu procuro fazer aqui, não sei se eu consigo, tem hora que a gente cai nisso, de ser um profissional meramente técnico, mas temos que acordar, fica um profissional muito burocrata, e a gente não consegue entender a realidade do outro, a realidade que foi proposta. E realidade aqui é o que não falta, porque situações de pessoas que passam por determinadas situações, são colocadas pra mim, e cada um tem uma realidade, então eu tenho que aprender a fazer a leitura do todo, e o contexto mesmo sócio-histórico que a gente tem que considerar, aprender a realidade através do teórico-metodológico que vai desencadear no teórico do técnico-operativo.*

Sobre os principais desafios para a atuação profissional, a Assistente Social relata que um dos maiores é esclarecer o real papel do Serviço Social:

*Desafio é o que não falta pra gente, o desafio é da gente saber se fazer entender enquanto profissional, a gente demarcar o nosso lugar, que não estamos aqui para fazer caridade, pois até a filantropia é regida por uma lei.*

*A gente pode muito mais, a gente pode enriquecer. Nós não fazemos isso sozinha, o Assistente Social não faz nada sozinho aqui, tenho que ter o acompanhamento da coordenação pedagógica, então é a pedagoga é quem vai me dizer o rendimento daquele aluno as dificuldades, então tudo. Então, se eu fizer meu trabalho direito com o pedagogo, aquele aluno, aquele usuário vai se beneficiar com nosso trabalho. O serviço social tem uma visão errada, sempre tem aquele que diz você é boazinha, me dá um desconto pro aluno, não posso, é feito uma avaliação socioeconômica. E quando eu preciso falar sobre algum aluno é com o diretor Padre Paulo e só falo o que é relevante para designar o resultado. Então é ampliar o conceito do Serviço Social, meu desafio, porque respeito eu tenho, respeito das pessoas eu tenho, aqui é um lugar muito gostoso de se trabalhar eu adoro, então o que espero é uma melhor compreensão do profissional do serviço social.*

### 3.2.1.1 Análise da entrevista

A escola privada é um espaço que vem sendo ocupado pelo serviço social e que ainda necessita de adaptações. Segundo Gonçalves (2009, p.12)

[...] Falar da inserção do Assistente Social na rede particular de ensino, não é uma tarefa muito fácil. Trata-se de um marco de mais uma conquista profissional, em um campo que apresenta uma demanda emergente para atuação. Atuar nessa área é buscar contemplar a quebra do conservadorismo no campo da intervenção profissional

A atuação do Assistente Social no Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto, requer algumas mudanças. A profissional demonstra se sentir isolado no seu espaço de trabalho, não há nenhuma relação do profissional com os funcionários da escola, ou seja, não é considerada as demandas dos funcionários do colégio. Como salienta Gonçalves (2009, p. 68)

[...] O Assistente Social não deve ver seu espaço de atuação somente sob a ótica da demanda profissional já consolidada socialmente, considerando apenas a expectativa organizacional sobre o seu papel.

O Serviço Social no Colégio Arquidiocesano, parece estar repetitivo, mecanizado, há somente concessão de bolsas de estudos e descontos, o fazer profissional está estagnado.

Um assistente social em seu cotidiano do fazer profissional, possui um conjunto de singularidades, isso nos diferentes campos de atuação, por ser amplo o campo profissional, também é amplo e complexo o processo de trabalho desse profissional. Para Gonçalves (2009, p.47);

[...] O trabalho profissional é corporificado por meio dos objetos de atuação, saber específico que produz socialmente a profissão, e dos produtos resultantes, advindos das atividades sociais que permeiam todo o processo, resultando na assimilação da identidade profissional, a um conhecimento mais aprofundado sobre o que é ser Assistente Social.

O Assistente social deve ser garantidor de direitos sociais, mas em um espaço escolar, vai muito além. O assistente social deve agir como mediador no processo de transformar um indivíduo em cidadãos críticos e participativos.

Além disso, a Assistente Social expõe que os candidatos pleiteiam a bolsa de estudo através de uma entrevista, cujo objetivo é conhecer a realidade e traçar o perfil socioeconômico, conforme a utilização de um questionário. Posteriormente, há um trabalho interdisciplinar, e, depois da análise, o Assistente Social apresenta a instituição seu parecer social. Sendo assim, é válido salientar que o profissional trabalha com demanda espontânea. Os descontos existem, mas são ofertados somente a aqueles que pedirem. Iamamoto (2012, p. 160) salienta;

[...] falta de verbas e recursos das instituições prestadoras de serviços sociais públicos, expressão da redução de gastos sociais recomendada pela política econômica governamental, que erige o mercado como a “mão invisível” que guia a economia. Verifica-se a inviabilização de programas de trabalho, a falência dos serviços públicos nos campos da saúde, educação, habitação, etc.

Assim como a rede pública está deixando de lado a precarização em que vive um indivíduo assalariado e desvalido, não dando a menor importância aos menos favorecidos, a rede privada vem fazendo a mesma coisa. A seletividade no atendimento existe nos dois espaços e, cada vez mais o pobre fica isento de direitos sociais, por talvez nem saber que esses existam.

A profissional em Serviço Social do Colégio Arquidiocesano comenta, que a UFOP, instituição que ela trabalhou há alguns anos atrás serve como modelo profissional para ela, pois ela usa atualmente um modelo de questionário socioeconômico que a UFOP utilizava, apenas fez adaptações para utilizar no colégio. Ela sinaliza ainda, que tem conhecimento que atualmente a UFOP informatizou seu processo de trabalho e que ela já vem buscando informações com amigos profissionais da Universidade, para assim, fazer o mesmo no Colégio Arquidiocesano.

Acerca disso, cabe refletir que a profissional busca modernizar seu processo de trabalho e capacitar-se. Apesar disso, é possível questionar se o colégio investe diretamente no processo, tendo visto que a assistente social demonstrou em vários momentos a necessidade de modificações nesse campo.

Pensar no Serviço Social em um colégio particular, pode suscitar o entendimento de que trata-se de uma inserção desnecessária, levando a indagação de que não há o que fazer em um colégio particular, uma vez que quem ali estuda está comprando um serviço, uma mercadoria.

Entretanto, como pode-se observar trata-se de um espaço onde existe muita demanda, embora o Serviço Social atue, como exposto, apenas na realização da avaliação socioeconômica. Não sendo portanto, possível aferir a incidência de *bulling*, baixo rendimento pedagógico, exploração sexual, exploração da mulher, drogas, violação de direitos, etc. – embora esses sejam expressivos em âmbito escolar na atualidade.

A situação precária em que o país se encontra, particularizada pela situação da região após o crime da Samarco, faz com que as dificuldades existam pra todos. Possibilitando a emergência de mais demandas ao Serviço Social, incluindo àquela já trabalhada: a vulnerabilidade financeira das famílias.

Também nesse sentido, o profissional sofre os impactos da crise, por ser tem um vínculo de trabalho assalariado e frágil. Nesse sentido, destaca-se a redução da carga horária de trabalho de vinte para oito horas semanais. Essa é produto de cortes financeiros, como sinaliza a profissional, expondo a vulnerabilidade, como afirma Iamamoto (2009, p. 8):

[...] o exercício da profissão realiza-se pela mediação do trabalho assalariado, que tem na esfera do Estado e nos organismos privados – empresariais ou não – os pilares de maior sustentação dos espaços ocupacionais desse profissional, perfilando o seu mercado de trabalho, componente essencial da profissionalização do Serviço Social.

Sendo assim, mesmo diante da precarização do processo de trabalho e percebendo as inúmeras dificuldades para a realização do seu trabalho, cabe destacar que a Assistente Social coloca no centro do debate o desafio de mostrar a toda comunidade escolar que o trabalho desse profissional não se resume na

concessão de bolsas sociais e que pode, e deveria ir além dessa demanda institucional.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o debate proposto neste estudo, requer um entendimento sobre o trabalho do Assistente Social no Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto.

A relação do serviço social com a educação é algo que vem sendo debatido há anos, todavia muitas pessoas acreditam que a inserção desse profissional na educação é algo novo.

Considerando a importância da educação na vida do ser social, nasceu o interesse desse estudo, afim de entender o trabalho do Assistente Social dentro de uma escola privada, sendo que aos olhos dos leigos, esse é um campo desnecessário para a atuação desse profissional. É relevante portanto, debater sobre o papel do Assistente Social na educação tanto pública quanto privada. Como expõe o caderno CFESS (2013, p. 16)

A educação é um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social, ou seja, nas formas de reprodução do ser social, e que numa sociedade organizada a partir da contradição básica entre aqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram os seus produtores e expropriam sua produção. Este complexo assume predominantemente o caráter de assegurar a reprodução dos contextos sociais, das formas de apreensão do real, do conjunto de habilidades técnicas, das formas de produção e de socialização do conhecimento científico que reponham contínua e ampliadamente as desigualdades entre as classes fundamentais e as condições necessárias à acumulação incessante.

Levando em consideração que o Assistente Social trabalha com as expressões da questão Social, vale destacar que essa categoria profissional encontra diversos desafios na execução de sua competência, isso não só no espaço escolar, mas em qualquer espaço de atuação, é um caminho difícil a ser percorrido em busca da garantia de direitos. Segundo CFESS (2013, p. 27-28) Portanto;

Assim, poderemos não ser apenas identificados/as como “executores/ as terminais” das políticas públicas ou “solucionadores/as” das expressões da questão social, como em experiências de assistentes sociais na educação, particularmente nas escolas, com responsabilidade atribuída para “soluções” da evasão escolar, inúmeras expressões da violência, discriminações etc.

Sendo assim observando o trabalho do Assistente Social no Colégio Particular Arquidiocesano de Ouro Preto, pode-se verificar que a carga horária do profissional, impede que esse, desenvolva novas atividades, além da concessão de

bolsas. Visto que essa foi reduzida devido a crise econômica na qual perpassa todo o país. Além disso, antes dessa redução o Assistente Social também não realizava outras atividades, pois um único profissional atendia a demanda de três unidades. É essencial que o profissional tenha liberdade para exercer sua função, com expõe o caderno CFESS (2013, p. 35)

Para o exercício profissional com qualidade e fortalecimento do projeto ético-político, o/a assistente social deve ter garantido seu direito ao livre exercício das atividades inerentes à profissão, inviolabilidade do local e documentação, bem como a liberdade na realização de estudos e pesquisas e autonomia profissional para decidir a direção e estratégias de ação junto aos/às usuários/as respaldando-se na legislação (CEP, Lei de Regulamentação - 8.662/1993, Resoluções CFESS) e na busca de apoio e orientação dos Conselhos Regionais de sua jurisdição. Só assim, o/a profissional poderá realizar com eficiência e responsabilidade suas atividades profissionais, lembrando que isso envolve qualidade técnico-operativa, escolha dos instrumentais e direção ético-política sintonizada com o projeto profissional. Dessa forma, é vedado ao/à assistente social (Art. 4º, CEP) transgredir qualquer preceito do Código de Ética e da Lei de Regulamentação, praticar e ser conivente com condutas antiéticas e acatar determinações institucionais que firam os princípios e diretrizes do CEP.

A profissional comenta que o Assistente Social não deve ficar parado, deve sempre buscar novas capacitações, ampliar seus conhecimentos e olhar para novas demandas. Apesar dessa compreensão, como exposto, as condições de trabalho limitam as possibilidades de efetivação dessa reflexão, seja pela grande demanda ou insuficiente carga horária.

Apesar disso, a profissional demonstrou compromisso em informar e, fortalecer a toda comunidade escolar qual é a real função do Assistente Social dentro do colégio, bem como a gama de contribuições que pode ofertar à instituição.

Diante a esse estudo, conclui-se que é um desafio atuar com essa nova demanda, o empobrecimento da classe média, sendo essa uma das expressão da questão social. Isso porque, o Serviço Social majoritariamente atua em espaços em que o público alvo são pessoas em situação de pobreza extrema. Além disso, foi possível perceber que o Assistente Social tem como demanda cotidiana os alunos e suas respectivas famílias.

Por fim, destacamos que limitações sempre irão existir em qualquer profissão, não sendo diferente no Serviço Social, sendo o desafio constante a busca por meios de fortalecer a atuação profissional, como expõe o CFESS (2013, p. 29)

O/a profissional deve ter a garantia de condições técnicas e éticas de trabalho, previstas na Resolução CFESS 493/2006, para que possa cumprir com responsabilidade e compromisso as atribuições, as competências, o que exige autonomia técnica e garantia do sigilo profissional no atendimento à população usuária.

O Assistente Social, portanto, deve trabalhar pautado no código de ética e na lei que regulamenta a profissão, pois essas orientam o trabalho do assistente social.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. O serviço Social na educação. **Inscrita**, Brasília, n. 6, 2000.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **Educação pública e serviço social e sociedade**. São Paulo, n. 63, 2000.
- BEHRING. ELAINE ROSSETI. **Política Social: fundamentos e história**. 9 ed. São Paulo: 2011.
- BEHRING. ELAINE ROSSETI. Política Social no contexto da crise capitalista. In: CFESS. **Serviço Social - Direitos Sociais e Competências Profissionais**, 2009.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**.1990
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.1996.
- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço Social Na Educação**. Brasília, 2001.
- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para a atuação de Assistentes sociais na política de educação**. Brasília, 2013.
- CAOP. COLÉGIO ARQUIDIOCESANO DE OURO PRETO. **SÍNTESE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO 2017**. Disponível em: <<http://arquidiocesano.com/wp-content/uploads/2017/04/Sintese-PPP-2017-CAOP-MTG.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2017.
- CAOP. COLÉGIO ARQUIDIOCESANO DE OURO PRETO. **Site Institucional**. Disponível em: <<http://arquidiocesano.com/>>. Acesso em: 18 jan. 2018.
- FALEIROS, V. P. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistências sociais**. São Paulo: Cortez, 1980.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista brasileira de educação**. 2011.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GONÇALVES, Amanda Boza. **A prática cotidiana do assistente social na escola privada**. 2009. 144f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS. **Serviço Social - Direitos Sociais e Competências Profissionais**, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1983.

IANNI, Octavio. **Pensamento social no Brasil**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

NETO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8 ed. São Paulo: Cortez 2011

RICO, Elizabeth Melo e Organizadores. **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate.6. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2009.

SOUZA, Íris de Lima. Serviço Social e Educação: uma questão em debate. **Interface**, Natal, v. 2, n. 1, 2005.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Educação básica**: política e gestão da escola. Brasília, Liber livro, 2009.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA  
Faculdade de Serviço Social



Certifico que o trabalho de conclusão de curso intitulado **“O SERVIÇO SOCIAL NO COLÉGIO ARQUIDIOCESANO DE OURO PRETO-MG”** de autoria da(o) estudante **Jacqueline da Costa Reis**, foi aprovado sem recomendações de alteração pela banca examinadora e que estou de acordo com a versão final do trabalho.

  
\_\_\_\_\_  
**Prof.ª Me. Raquel Mota Mascarenhas**  
Orientador/a

Mariana, 18 de julho de 2018.